

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.064 - GO (2019/0041903-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ANTONIO SANTOS DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **JOSÉ DA ROCHA CUÊLHO - GO028846**
: **BRUNO SILVA ROCHA - GO036240**
: **BRENO SILVA ROCHA - GO040392**
RECORRIDO : **ESTADO DE GOIÁS**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. CÉSIO 137. PENSÃO ESPECIAL. DOENÇA CRÔNICA DECORRENTE DA IRRADIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se recurso ordinário interposto por Antônio Santos de Oliveira em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nestes termos sintetizado (fl. 214):

AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO ESPECIAL. ACIDENTE RADIOATIVO. CÉSIO 137. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CONDIÇÃO ESPECÍFICA DO MANDAMUS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DOENÇA E A EXPOSIÇÃO À SUBSTÂNCIA RADIOLÓGICA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DENEGAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MANTIDA.

1. Os servidores públicos, civis e militares, que prestaram serviços no local do acidente radiológico do Césio 137 e, em sua decorrência, foram contaminados, passando a sofrer de doenças crônicas e graves, são titulares do direito líquido e certo ao pensionamento especial concedido pela Lei estadual nº 14.226/02.

2. Todavia, conforme enunciado na Súmula nº 06, desta egrégia Corte estadual de Justiça, para a obtenção do referido benefício vitalício, cabe ao postulante comprovar a condição de trabalhador nas áreas contaminadas e que da exposição ao material radioativo decorreram as moléstias crônicas, graves e incapacitantes que o assolam.

3. Não apresentada prova pré-constituída hábil a corroborar o nexo de causalidade entre a doença e a exposição invocada tem-se por inviabilizada a apreciação do *writ*, por ausência de pressuposto constitucional da ação mandamental, o que não inviabiliza seja o direito perseguido nas vias ordinárias próprias, nas quais é viável a ampla dilação probatória.

4. O agravo interno deve ser desprovido quando a matéria nele versada tiver sido suficientemente analisada na decisão recorrida, e o agravante não apresentar elementos capazes de motivarem sua reconsideração ou justificarem sua reforma. Inteligência do artigo 1.021 do Código de

Processo Civil.

5. Ante a declaração da manifesta improcedência do presente agravo interno em votação unânime, cumpre condenar a parte agravante ao pagamento de multa na ordem de 3% (três por cento) do valor atualizado da causa, consoante previsão do § 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil de 2015.

6. AGRAVO INTERNO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

Nas razões do ordinário, o recorrente sustenta ter direito líquido e certo ao recebimento de pensão especial por ser portador de doença crônica decorrente de contaminação radiativa com Césio 137. Aduz que essa pensão é devida a quem foi irradiado quando trabalhou ou no isolamento dos locais contaminados pelo Césio 137, ou no transporte desses rejeitos para o Depósito de Abadia de Goiás, ou na vigilância desses no Depósito provisório de Abadia de Goiás, ou na guarda desses pela OPM. Alude a suficiência de provas de sua contaminação.

Contrarrazões às fls. 252/253.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Sabe-se que o procedimento da ação de mandado de segurança caracteriza-se primordialmente pela via angusta decorrente da necessidade de que o feito tramite celeremente, em razão de o bem da vida buscado pela parte impetrante consistir na cessação de lesão ou ameaça de lesão a um direito seu por ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública.

O Mandado de Segurança detém entre seus requisitos a demonstração inequívoca de direito líquido e certo pela parte impetrante, por meio da chamada prova pré-constituída, inexistindo espaço para dilação probatória na célere via do "mandamus" (RMS 45.989/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 06/04/2015).

Nesse sentido, destaca-se no mandado de segurança a absoluta falta de fase instrutória, de maneira que ao impetrante cumpre coligir com a sua inicial toda a prova com que pretende evidenciar a pretensão mandamental, à autoridade coatora impondo-se semelhante prerrogativa, embora, para esta, milite em seu favor a presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos.

O mandado de segurança processa-se mediante rito angusto, desprovido de fase instrutória, motivo pelo qual a pretensão mandamental deve ser corroborada de antemão por prova documental coligida juntamente com a petição inicial, pena de denegação da ordem (AgRg no RMS 46.330/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/10/2014).

De toda maneira, pode-se afirmar que constitui requisito de constituição válida e regular do processo mandamental a existência de prova pré-constituída da causa de pedir mandamental, isso estando absolutamente carente.

No caso dos autos, o recorrente não logrou apresentar documentos capazes de indicar a existência de direito líquido e certo à pensão. Nesse sentido, o parecer do Ministério Público Federal (fl 267):

Na espécie, conquanto o recorrente haja colacionado vários laudos médicos atestando ser ele portador de doença crônica (fls. 28/46), não há nos autos prova que demonstre o nexo de causalidade entre as doenças indicadas e a exposição ao elemento radioativo. Ao revés, o documento de fls. 50/53 (Ofício n. 163/2017, do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste - CNRC CO) afirma claramente que o ora Recorrente não faz parte da lista de vítima do acidente nuclear.

Desse modo, pela falta de prova pré-constituída, o acórdão *a quo* não deve ser reformado. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. LEI ESTADUAL 14.226/2002. TRABALHO DE VIGILÂNCIA REALIZADO NO DEPÓSITO DE REJEITOS RADIOATIVOS DO CÉSIO 137. NÃO INDICAÇÃO DA NATUREZA DA MOLÉSTIA CONTRAÍDA. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

1. Nos termos da Lei Estadual 14.226/2002, é imprescindível a comprovação do nexo de causalidade entre a doença e a exposição ao elemento radioativo, para fins de pagamento da pensão especial.
2. A documentação trazida aos autos não permite juízo de certeza quanto aos fatos alegados na impetração, razão pela qual forçoso reconhecer a falta de prova pré-constituída necessária ao reconhecimento do direito afirmado no mandado de segurança.
3. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(RMS 33.321/GO, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 30/09/2011)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Relator